



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA -MMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA

1ª REUNIÃO DO Subcomitê-Executivo do CIM (SubEx)

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 22 de agosto de 2024 - das 10h às 13h

Local: MMA, Bloco B, sala de situação, térreo.

1. Abertura e temas procedimentais.

Após a abertura da reunião, procedeu-se com a verificação de quórum. Estavam presentes representantes de todos os ministérios membros do Subcomitê-Executivo - SubEx: MMA, CC, MAPA, MCID, MCTI, MDIC, MF, MIDR, MME, MPO e MRE.

A agenda da reunião foi composta pelos seguintes tópicos: 1) apresentação do Regimento Interno do Subcomitê-Executivo; 2) Inventário de emissões de gases de efeito estufa; 3) Estágio atual de elaboração do Plano Clima Mitigação e apresentação das modelagens; 4) nova NDC brasileira: processo, questões a serem consideradas; 5) Informe sobre o processo de estruturação da nova governança do CIM; 6) Informe sobre o andamento dos trabalhos do GT-SBCE.

2. Apresentação do Regimento Interno do Subcomitê-Executivo.

Apresentou-se o Regimento Interno do SubEx para discussão e deliberação, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM (Resolução CIM Nº6, de 27 de junho de 2024). Foi pontuado que o objetivo do SubEx é dar maior dinamicidade aos debates e processos decisórios relacionados às políticas climáticas, com a função de assessorar o CIM. Foi apresentada sugestão de que os membros do SubEx indiquem temas a serem discutidos pelo grupo para promover o alinhamento entre as iniciativas dos diversos órgãos sobre a questão climática. Sugeriu-se, ainda, que os ministérios que não fazem parte do SubEx sejam periodicamente informados sobre as discussões em andamento e chamados a opinar quando oportuno.

Outras considerações trouxeram a necessidade de garantir a participação, sem comprometer a agilidade dos trabalhos, tendo em vista as inúmeras decisões que deverão ser tomadas até novembro, antes da realização da reunião da COP-29. Por último, foi destacado que o CIM não se resume à reunião de ministros, abrange também o SubEx, as Câmaras e os Grupos Técnicos. **O Regimento Interno foi submetido à deliberação e aprovado pelos membros presentes do colegiado.**

3. Apresentação do Inventário de emissões de gases de efeito estufa.

O MCTI apresentou dados do Inventário Nacional de Emissões e Remoções que serão incluídos no Primeiro Relatório Bienal de Transparência (BTR1, na sigla em inglês). MCTI esclareceu que se utiliza da metodologia do IPCC e destacou as parcerias com COPPE, Embrapa, INPE e UnB. Explicou a razão da defasagem temporal dos dados (dois anos, ou seja, em 2024 serão apresentados os dados de 2022). Os resultados setoriais segregados em Energia, IPPU, Agropecuária, LULUCF e Resíduos evidenciam que o setor de uso da terra (LULUCF) aumentou sua emissão de 2020 a 2022 em 21,1%. Este é o setor que mais sofreu variação ao longo do tempo e será fundamental para o atingimento das metas brasileiras. Foi perguntado se seria possível apresentar de forma segregada os dados sobre sequestro de carbono ou dados preliminares relativos ao período de 2023 que, de acordo com outras pesquisas disponíveis, já mostrariam uma redução das emissões por desmatamento. A respeito do sequestro de carbono, o MCTI esclareceu que os dados apresentados são líquidos, embora seja possível apresentar a informação de maneira segregada. A respeito das estimativas de 2023, informou não ser possível produzi-las ainda neste ano, mas que avaliariam a possibilidade de apresentação antes da COP-30.

Portanto, membros do Subex demonstraram interesse em debater especificidades sobre as metodologias do inventário e sobre o seu processo de elaboração. **O colegiado aprovou a criação de grupo de trabalho do SUBEx para tratar do inventário, coordenado pelo MCTI.**

Por último, foi debatida a apresentação pelo Brasil do seu 5º BUR (Bienal Updated Report). **O colegiado acordou que o 5º BUR deverá ser elaborado e submetido pelo Ministério competente.** O prazo é o de 31 de dezembro de 2024. Sugeriu-se, ainda, a inclusão do anexo técnico de REDD para demonstrar os dados sobre desmatamento. A SMC/MMA verificará com o órgão responsável a possibilidade de elaboração do anexo técnico de REDD.

4. Apresentação sobre o estágio atual de elaboração do Plano Clima Mitigação.

O MMA apresentou um panorama sobre o Plano Clima e os números resultantes das modelagem. Destacou que o objetivo é definir setorialmente as metas da estratégia de mitigação para 2025, 2030 e 2035. Destacou, ainda, a intenção da Estratégia Nacional de Mitigação estar pronta para consulta pública em outubro para ser submetida ao CIM em novembro. Informou estarem ocorrendo reuniões bilaterais e que o escopo de cada plano setorial será apresentado oportunamente. Apresentou o cronograma de trabalho e a proposta de metas em bandas ao invés de um valor único. Na apresentação do Plano Clima, informou que os planos setoriais devem ficar prontos em março/abril de 2025, após oficinas e consulta pública. Sobre a Estratégia Nacional de Mitigação, abordou as premissas, a contribuição de cada setor nas emissões líquidas e o modelo utilizado (Modelo BLUES). Por fim, apresentou as principais conclusões.

Registrou-se que o processo de elaboração das metas e os resultados das modelagens seriam apresentados em breve, em reunião ministerial a ser conduzida pela Casa Civil. Foram discutidos, ainda, elementos a serem considerados com vistas à definição de bandas que incorporem as incertezas.

5. Apresentação sobre a nova NDC brasileira: processo, questões a serem consideradas e cronograma.

O MRE fez um relato comentando a decisão do Brasil de sediar a COP 30 em 2025 e ressaltando o fato de o País integrar a Troika, que é um mandato político para promover a cooperação internacional visando assegurar o alinhamento por uma maior ambição. Citou as regras para as NDCs e questões relacionadas aos compromissos da UNFCCC.

6. Outros temas e informes.

A apresentação sobre o andamento do plano clima adaptação foi retirada de pauta em decorrência do adiantado da hora.

6.1 Seguiu-se com um breve relato sobre a nova governança do CIM com destaque para o processo em curso de elaboração dos requisitos para seleção dos membros das três câmaras de engajamento do CIM (participação social, articulação interfederativa e assessoramento científico).

6.2 Acerca do andamento dos trabalhos do GT-SBCE, o MF informou que foram realizadas 12 reuniões. As reuniões buscaram inicialmente elaborar

o projeto de lei e posteriormente discutir pontos cruciais de implementação para o período posterior à aprovação do PL. Foi realizada uma atualização dos números de impacto econômico que o mercado de carbono deve produzir; discutiu-se *roadmap* e ITMOs, o que ensejará uma prévia de estudo para submissão ao SubEx e ao CIM. No entanto, ressaltou-se a dificuldade em avançar na implementação do SBCE antes de aprovação do PL.

6.3 Nos comentários finais, foi lembrado o compromisso do Brasil na UNFCCC com metas progressivas de redução de emissões, o que implica em uma NDC inferior a 1,20 bi tCO₂e em 2030. Foi destacado, ainda, a importância das agendas de ação na COP-30 do Brasil com sugestão expressa de que a ciência tenha destaque como tópico de discussão durante a Conferência. Por último, o representante do MME convidou a todos para o lançamento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE).

6.4 Acordou-se que seria necessário agendar reunião extraordinária do Subex até no máximo a terceira semana de setembro.

Principais deliberações:

- 1) Aprovação do Regimento Interno do SubEx. Resolução SUBEX n.º 01.
- 2) Aprovação de criação de Grupo de Trabalho do SUBEX sobre inventário de emissões.
- 3) Aprovação da proposta de elaborar e submeter o 5º BUR (*Bienial Updated Report*).

Outros encaminhamentos:

- 1) Solicitação ao MCTI de apresentação dos dados para sequestro de carbono no Brasil de maneira segregada, para as estimativas de 2023.
- 2) Informação de que a Casa Civil chamará reunião ministerial para discutir o processo e os cenários do plano clima mitigação.